



A INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL EM GEOGRAFIA: METODOLOGIA PARTICIPATIVA

EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS

Andréa Rabelo Marcelino (armarcelino@unesc.net)¹
Francine Lunardi Calegari (francinetms14@gmail.com)²
Thainá Cabral (thainacabral97@gmail.com)³

Introdução

Este trabalho tem por objetivo relatar a importância de um instrumento de auxílio à PCD (Pessoa com Deficiência), considerando o ensino de Geografia, as disciplinas de Cartografia, e o papel dos mapas na formação de uma consciência espacial do cidadão. A inclusão de estudantes com deficiência na escola regular tem sido tema de grandes discussões, por isso é necessário que a escola como um todo, possua metodologias diferenciadas, a fim de trocar experiências com todos os alunos.

Em específico a inclusão de alunos com Deficiência Visual (DV) na rede pública de ensino tem gerado discussão entre muitos professores, pois esses afirmam que não receberam em seus currículos de formação, preparo adequado para trabalhar com esses alunos. Dessa forma, a Declaração de Salamanca (2003, p. 16) assegura que “as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades”. Porém esses estudantes com baixa visão ou cegueira podem encontrar dificuldades durante o seu processo educativo, tanto em relação à formação adequada do professor, quanto ao fato de não existirem materiais adequados na escola em que esse aluno esteja inserido (SILVA; OLIVEIRA, 2012).

¹ Andrea Rabelo Marcelino: professora no curso de Geografia e Pedagogia – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

² Francine Lunardi Calegari: acadêmica da 5ª Fase do Curso de Geografia – Universidade do Extremo Sul Catarinense; Extensionista do Projeto Arqueologia Pública no Extremo Sul Catarinense: Patrimônio arqueológico e a história e cultura guarani nas séries iniciais. Residente pelo projeto Residência Pedagógica.

³ Thainá Cabral: acadêmica da 5ª Fase do Curso de Geografia – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Extensionista do projeto Diálogos Urbanos no Território Paulo Freire: políticas públicas e construção do direito à cidade. Também atuando na área de pesquisa em Representações Sociais e Trabalho para Catadores de Rua. Estagiária do Programa de Introdução à Docência – PIBID.



A aprendizagem que acompanha a leitura e a escrita, que se inicia pela alfabetização, possibilita ao ser humano melhor se inserir na sociedade, porque ler e escrever são centrais num modo de organização social que toma o sistema de escrita como forma primordial de relação e de comunicação. Para isto, exige alguns instrumentos básicos, como o domínio de um código Braille que, predominantemente, é utilizado para os diversos padrões de produção de sentidos e de significados (LEITE, 2003).

Sendo assim, professores e mediadores da educação devem ficar atentos a novas práticas pedagógicas, para que assim descubram e reinventem estratégias capazes de oferecer a todos os alunos um ensino que atenda às suas necessidades. Então, como seria possível tornar os mapas “visíveis” para as pessoas com deficiência visual?

Nesse sentido, o Mapa Tátil torna-se instrumento de visualização do espaço geográfico de forma autônoma, nas mais diversas áreas do conhecimento, possibilitando um maior entendimento e identificação sobre o que está sendo trabalhado.

Público Alvo da Cartografia Tátil

Entende-se por deficientes visuais (DVs) as pessoas que apresentam impedimento total ou parcial da visão, decorrente de imperfeições do sistema visual. A rigor, diferencia-se a deficiência visual, em parcial, também designada visão subnormal ou, mais corretamente, de baixa visão, e cegueira quando a deficiência visual é total, (SASSAKI, 2007). É considerado cego o indivíduo que apresenta acuidade visual menor que 0,05 no seu melhor olho, sem ajuda de equipamento auxiliar, o que significa que poderá ver a três metros o que um indivíduo sem problemas de visão enxerga a sessenta metros (SENA; CARMO, 2005). É preciso lembrar que, no Brasil, existiam no ano de 2000, cerca de 11,77 milhões de pessoas com deficiência visual (IBGE, 2000).

No que diz respeito à educação para a inclusão social, o Artigo 58 da LDB (BRASIL, 1996) assegura que a escola regular disponibilizará serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Quando não for possível a integração do aluno nas classes comuns de ensino regular, esse atendimento educacional deve ser feito em classes especializadas. Logo, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)



- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Assim, a inclusão dos alunos com deficiência é assegurada por lei, atendendo às suas necessidades específicas. Porém, é necessária a habilitação de professores com capacidades para exercer de maneira adequada pautada na lei, inovando com outras metodologias, abrangendo de maneira totalizada o público-alvo. Logo, é essencial trabalhar com o mapa tátil como uma ferramenta metodológica.

Mapa Tátil como Metodologia Participativa

Por mais presentes que sejam os mapas nos dias atuais e que possam ser acessados e vistos pela maioria da sociedade, tanto no meio digital, como na palma da nossa mão, existe uma camada minoritária desprovida do sentido da visão, que não pode ver e usar esses mapas. Assim, como o sentido da visão é reconhecidamente o mais importante canal para a aquisição da informação espacial e geográfica, reconhece-se que os mapas são veículos de informação visual.

As informações cartográficas para as pessoas com deficiência visual, assim como para as que não possuem deficiência visual, são extremamente importantes para uma compreensão geográfica do mundo. Pois elas possibilitam a ampliação da percepção espacial e facilitam a mobilidade (LOCH, 2008).

A disciplina de Geografia possibilita em seu currículo a utilização de diferentes processos pedagógicos. Logo, o planejamento das atividades necessita de novos recursos visuais como forma de garantir o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Para Vygotsky (1989, p. 32-33):

A educação da criança com diferentes defeitos deve basear-se no fato de que, simultaneamente com o defeito, estão dadas também as tendências psicológicas de uma orientação oposta; estão dadas as possibilidades de compensação para superar o defeito e de que precisamente essas possibilidades se apresentam em primeiro plano no desenvolvimento da criança e devem ser incluídas no processo educacional como sua força



motriz. Estruturar todo o processo educativo seguindo a linha das tendências naturais à supercompensação significa não atenuar as dificuldades que surgem do defeito, mas tencionar todas as forças para sua compensação, apresentar somente tarefas e em ordem que respondam ao caráter gradual do processo de formação de toda a personalidade sob um novo ponto de vista.

Percebe-se que o estudante com DV, como não consegue enxergar, desenvolve maior habilidade nos outros órgãos dos sentidos, destacando-se dos estudantes sem deficiência, na qual o professor pode aproveitar essas habilidades para as aulas de Geografia. Nesse sentido, se faz necessário adaptar um material específico para o estudante com baixa visão e/ou DV, o que aumenta a autoestima e possibilita desafios de modo que, ao longo das aulas, essa dificuldade possa ser superada.

Ser Professor é antes de tudo entender as dificuldades dos estudantes e planejar atividades desafiadoras, que possibilitem uma aprendizagem significativa.

Na figura (01) apresenta-se um esboço de um mapa tátil, com a finalidade de representar a região sul do Brasil. Destacando os três estados que a compõe:

Figura 01: Exemplo de Mapa Tátil



Fonte: Carvalho (2019).

Cabe ao professor, ao planejar sua aula, incluir atividades que possibilitem a compreensão dos estudantes com Deficiência Visual. Assim, é necessário confeccionar um Mapa Tátil, de modo que inclua todos os estudantes. É fundamental escolher e selecionar os materiais que podem ser usados para essa confecção. Não devem ser sementes e alimentos, pois criam fungos ao longo do tempo. O ideal é utilizar miçangas,



cordões, barbantes de linha grossa, diversas texturas de tecidos, lixas diferentes, papéis com texturas diferenciadas, o que leva sempre em consideração o mapa base usado como referência.

Considerações Finais

A cartografia tátil possibilita ao estudante com deficiência visual compreender por meio do tato os diferentes espaços de uma representação gráfica. Nesse sentido, o estudante com deficiência visual e/ou com baixa visão terão maior autonomia para realizarem seus trabalhos e compreenderem diferentes áreas do conhecimento.

A inclusão por meio de atividades acessíveis ao estudante faz com que o mesmo se sinta incluso à classe de forma completa, sem exceções para a sua participação em sala de aula. Contrapondo a fala de que as pessoas com DVs são incapazes de aprender devido a sua condição, já que sua falta de visão é compensada automaticamente pelo elevado desenvolvimento da audição e do tato. Cabe ao Professor explorar essas condições em sua aula de Geografia.

Para que todo o processo de inclusão seja realizado com excelência e qualidade, seja ela na cartografia ou em outras áreas da Geografia, faz-se necessário as formações continuadas com todos os professores e gestores, principalmente nos cursos de licenciaturas. Pois, apesar de haver a disciplina de inclusão no currículo, muitas vezes, ela não supre todas as necessidades que o profissional vai encontrar em sala de aula.

Ao final deste trabalho, nota-se grande dificuldade em ter acesso às referências atualizadas que abordem assuntos voltados à inclusão do deficiente visual na cartografia. Fazendo com que o assunto torne-se dificilmente trabalhado em sala, pois se não há referencial e discussões que tratem à temática, raramente esta será utilizada nos campos de conhecimento.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 17 maio 2019.

ARANHA, Maria Salete Fábio (org.). **Declaração de Salamanca**: recomendações para a construção de uma escola inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie3.pdf>> Acesso em: 17 maio 2019.



IBGE. **Censo demográfico de 2000**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 mar. 2019.

LEITE, Cristiane das Graças. A alfabetização de adultos portadores de deficiência visual. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, RJ. Edição 24, abr. 2003.

LOCH, Ruth Emília Nogueira; Cartografia Tátil: mapas para deficientes visuais. Portal da Cartografia. Londrina, v.1, n.1, p. 35-58, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia/article/view/1362/1087>. Acesso em: 19 mar. 2019.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Disponível em: https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540. Acesso em: 3 abr. 2007.

SENA, C. C. R. G.; CARMO, W. R. Produção de mapas para portadores de deficiência visual da América Latina. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA

LATINA, 10, 2005. São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

SILVA, Natalí Sala da; OLIVEIRA, Cristina Bastos Costa de. Convivendo com a diferença: a inclusão escolar de alunos com deficiência visual. Bahia, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sies/pages/arquivos/009%20-%20CONVIVENDO%20COM%20A%20DIFEREN%C3%87A.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

VYGOTSKY, LS. Obras completas. Tomo cinco: Fundamentos de Defectologia. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1989.